



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001751-17.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
 Requerente: **Ivanildo Porfirio de Moraes**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pelo réu.

Alegou que por razões particulares atrasou o pagamento de fatura de cartão de crédito mantido com o réu e que depois realizou depósito em sua conta bancária suficiente para a quitação da dívida.

Alegou ainda que mesmo assim foi mantida sua negativação sem que houvesse razão para tanto, de sorte que almeja à declaração de inexigibilidade do débito.

O objeto da lide deve ser delimitado pelo relato exordial e bem por isso já se reconhece de início que o processo não se destinará a perquirir se em tese o autor deve quantia ao réu.

Por outras palavras, destina-se a ação a saber se o débito apontado a fl. 01 era realmente exigível ou não, pouco importando se havia em aberto outros, até porque a relação jurídica entre as partes não se esgotava no mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentada essa premissa, observo que o documento de fl. 03 faz menção a uma dívida do autor em face do réu relativa ao uso de cartão de crédito, a qual correspondia a R\$ 219,80 e que se vencera em 17/12/2015.

O autor num primeiro momento admitiu que não adimpliu à sua obrigação a esse título, mas deixou claro que em 02/02/2016 efetuou depósito em sua conta bancária no importe de R\$ 350,00.

A alegação vem comprovada pelos documentos de fls. 04/05.

Diante desse cenário, o acolhimento da pretensão deduzida transparece de rigor.

Na verdade, se por um lado o autor em momento algum impugnou a existência da dívida mencionada, mas, ao contrário, a reconheceu, de outro é certo que tal débito deixou de existir com o depósito de valor superior ao mesmo.

Se o réu tomou em consideração esse depósito, como destacou a fl. 25, conclui-se que a dívida trazida à colação foi quitada.

Isso não significa, até na esteira do que já foi realçado na presente, que o autor nada deve ao réu.

Aprofundar a discussão em torno dessa matéria extravasa as balizas da ação e há de acontecer – se o caso – em sede própria onde haverá ampla possibilidade para tal.

Dessa forma, conclui-se que o débito cobrado do autor desapareceu com o depósito cristalizado a fls. 04/05, circunscrevendo-se a ação ao reconhecimento dessa ordem.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e objeto do documento de fl. 03, tornando definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**